Ministério da Ecor Secretaria de Gov Departamento Na Secretaria de Esta	erno Digital cional de Registro	Empresarial e Integraç e Minas Gerais		O PROTOCOLO (Uso da	Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Naturez Jurídica	Nº de Matrícula do Auxiliar do Comér				
31300110494	2054					
1 - REQUERIMENTO	•	•	•			
Nome: <u>PCHPAR - F</u>	CH PARTICIPAC ou do Agente Au seguinte ato: O QTDE DESC		NTO	cial do Estado de Mi	Nº FCN/RE	:MP
	BELO HOF Loc 14 MARÇ Dat	O 2023	Nome: _ Assinat	nte Legal da Empresa / ura: e de Contato:		
2 - USO DA JUNTA COMER	RCIAL					
DECISÃO SINGULAR			DECISÃO	COLEGIADA		
Nome(s) Empresarial(ais) igual	als) ou semeinan	SIM			À (o em Ordem decisão / Data
NAO/ Data	Responsáv	NÃO _ el	// Data	Responsável	Res	oonsável
DECISÃO SINGULAR Processo em exigência. (V Processo deferido. Publiqu Processo indeferido. Public	e-se e arquive-se		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
DECISÃO COLEGIADA			2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
Processo em exigência. (V	ide despacho em	folha anexa)		- Lagonola	. Exigoriola	- Zagonola
Processo deferido. Publiqu Processo indeferido. Public	· ·			Ш	Ш	
//			Vogel	Vogal		\/ogol
Data			Vogal Presidente da	vogai Turma		Vogal
			i residente da	i uiiiia		
OBSERVAÇÕES						

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10166707 em 15/03/2023 da Empresa PCHPAR - PCH PARTICIPACOES S.A., Nire 31300110494 e protocolo 231392419 - 14/03/2023. Autenticação: 7EBA9C2DE8E4E9B7BA84BA4D7DD47FB4749C6A8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/139.241-9 e o código de segurança wRql Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/03/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo					
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data			
23/139.241-9	MGE2300235242	14/03/2023			

Identificação do(s) As	sinante(s)
CPF	Nome
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES



PCHPAR PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 07.628.569/0001-45

NIRE: 31.3.0011049-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2023

- **1. Data, hora e local**: Em 15 de fevereiro de 2023, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Prudente de Morais nº 1250, 10 e 11º andares, Coração de Jesus, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
- **2. Convocação e Presenças**: Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, face à presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas.
- **3. Publicações:** O Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., referentes ao Exercício Social findo em 31/12/2022, publicados no Diário do Comércio no dia 10/02/2023.
- 4. Mesa: Presidente: Walter Nunes Seijo Neto; Secretária: Izabelle Macêdo Nunes
- 5. Ordem do Dia:
- 5.1.1 <u>Em Assembleia Geral Ordinária:</u> Deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, relativas ao Exercício Social findo em 31/12/2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.; (ii) Proposta de Destinação do Resultado Líquido do Exercício de 2022 e (iii) Distribuição de Dividendos.
- 5.1.2 <u>Em Assembleia Geral Extraordinária</u>: Deliberar sobre: (i) Proposta de Remuneração Global Anual dos Administradores para o exercício social de 2023; (ii) Pagamento de Dividendos Adicionais.
- **6. Deliberações**: Após a discussão das matérias, as seguintes deliberações foram aprovadas pela unanimidade dos acionistas da Companhia sem quaisquer ressalvas, emendas, objeções e ou alterações:
- 6.1. Em Assembleia Geral Ordinária
- 6.1.1. Aprovou-se o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2022;
- 6.1.2. Aprovou-se a proposta de Destinação do Resultado Líquido do Exercício de 2022, no valor de R\$ 543.099.227,24 (Quinhentos e quarenta e três milhões, noventa e nove mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos), como segue:

Não foi destinado 5% do lucro líquido à Conta de Reserva de Lucros – Reserva Legal, uma vez que PCHPAR PCH Participações S.A. já atingiu o limite de 20% do Capital Social; e

R\$ 135.774.806,81 (Cento e trinta e cinco milhões, setecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e seis reais e oitenta e um centavos), correspondente a 25% (Vinte e cinco por cento) do lucro líquido a título

AGOE 15.02.2023 1

de dividendos mínimos obrigatórios destinados para a conta de Dividendos a Pagar no Passivo Circulante, os quais já foram quitados; e

R\$ 407.324.420.43 (Quatrocentos e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e três centavos), referentes a Dividendos Adicionais Propostos, destinados para a conta de Reserva de Lucros - Dividendos Adicionais Propostos; sendo que deste valor já foram pagos no montante de R\$ 27.497.656,96 (Vinte e sete milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos), restando um saldo de R\$ 379.826.763,47 (Trezentos e setenta e nove milhões, oitocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos).

- 6.2. Em Assembleia Geral Extraordinária
- 6.2.1 Aprovou-se a Remuneração Global Anual Bruta da Diretoria para o Exercício de 2023 no valor de R\$ 15.150,00 (Quinze mil, cento e cinquenta reais).; e
- Autorizado o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$ 379.826.763,47 (Trezentos e setenta e nove milhões, oitocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), do saldo da conta de Reserva de Lucros - Dividendos Adicionais Propostos para a conta de Dividendos a Pagar no Passivo Circulante, quando o fluxo de caixa futuro permitir tal distribuição sem riscos financeiros à Companhia.
- 7. Encerramento: Nada mais havendo a deliberar, foi suspensa a Assembleia para a lavratura da Ata, em forma sumário, nos termos do art. 130, parágrafo 1º da Lei 6.404/76, que foi lida, aprovada e firmada por todos os presentes. Foi autorizada a extração das certidões necessárias pelo Secretário da Assembleia.

Acionista Presente: BRASIL PCH S.A., representada por Walter Nunes Seijo Neto e Izabelle Macêdo Nunes, conforme autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 08 de fevereiro de 2023.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

Essa ata é cópia fiel da original.

Assina de forma digital Izabelle Macêdo Nunes, secretária.

AGOE 15.02.2023 2



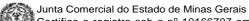
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo					
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data			
23/139.241-9	MGE2300235242	14/03/2023			

Identificação do(s) As	sinante(s)
CPF	Nome
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES





DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, IZABELLE MACEDO NUNES, com inscrição ativa no(a) OAB/(MG) sob o nº 77158, expedida em 16/02/2011, inscrito no CPF nº 001.888.206-47, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

Belo Horizonte/MG, 14 de março de 2023.

Nome do declarante que assina digitalmente: IZABELLE MACEDO NUNES

PCHPAR PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.628.569/0001-45

NIRE: 31.3.0011049-4

Lista de Presença de Acionistas

À Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada na sede social, às 10:30 horas do dia 15 de fevereiro 2023, compareceu o acionista abaixo assinado.



Walter Nunes Seijo Neto

Izabelle Macêdo Nunes

BRASIL PCH S.A.

(Detentora de 100% do Capital Social da Companhia)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

AGOE 15.02.2023 3



Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo						
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data				
23/139.241-9	MGE2300235242	14/03/2023				

Identificação do(s) As	ssinante(s)
CPF	Nome
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES



EDIÇÃO DIGITAL



PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

GERAÇÃO DE ENERGIA - O parque gerador do Grupo PCHPAR - PCH Participações - composto por 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) — foi responsável, em 2022, pela geração de 1.387.620,98MWh, 11,75% superior ao verificado no ano de 2021 (1.241.746,63MWh). Tai redução deve-se, principalmente, ao regime hidrológico verificado. No que se refere à disponibilidade média consolidada das PCHs, em 2022 o indicador interno atrigui no exercicio 97,05%, fernete aos 97,72% de 2021. COMERCIALIZAÇÃO — A energia comercialização ao ambito do PROINFA em 2022 foi de 191,01MWhmédios. No momento, a Companhia possui decisões, de mérito ou liminar, em favor de todas as subsidiárias, impedindo as revisões de garantia física decorrentes da aplicação do art. 69, incisos 1 e II, da Portaria MME 463/2009. Com isso, todas as PCHs preservam suas garantias físicas nos montantes originais. Em paralelo ao processo judicial, nos termos da Portaria MME 376/56, está suspensa a aplicação do fast, 69, incisos 1 e II, da Portaria MME 463/2009. Com isso, todas as PCHs preservam suas garantias físicas nos montantes originais. Em paralelo ao processo judicial, nos termos da Portaria MME 376/56, está suspensa a aplicação do fast, 69 incisos 1 e II, da Portaria MME 463/2009. Com social de 2021 (R5 619 milhões), devido, principalmente, à variação do legamente parale do processo de garantia física, o Patramento Bruto do exercício de 2022 foi da ordem de R5 743 milhões, superior em 20,03% ao apurado ne exercício de 2021 (R5 619 milhões), devido, principalmente, à variação do legamente parale dos fortarios de 113.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Em contrapartida, está sendo recolhido prêmio de 85,950/MWh) (data base ajennicor/15, anualmente atualizado pelo IPCA). SEGMENAÇA e \$A00/ED CCUPACIONAL-Em 2022, a segurança e adude ou capacional seguiu, como uma das perioridades da companhia, relando pela segurança e qualidade do ambiente de trabalho, inclusive na

	E	BALANÇOS PA	ATRIMONIAI	S EM 31 DE 1	DEZEMBRO I	DE 2022 (Valores expressos em milhares de re	ais - RŞ)					U
	Nota	Contro	ladora	Consol	idado		Nota	Contro	ladora	Consol	idado	
ATIVOS	explicativa	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21		explicativa	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	LU
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE						D
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	28.776	9	Fornecedores		-	1	2.973	830	D
Aplicações financeiras	8	8	8	1.506	22.286	Obrigações trabalhistas e previdenciária		2	3	2.377	2.080	A
Contas a receber de clientes	9	-	-	161.675	103.352	Impostos, contribuições e taxas a recolhe	16	-	-	39.863	6.209	D
Dividendos a receber	11 e 12	46.905	85.915	-	-	Provisão para férias e 13º salário			-	2.305	2.241	
Impostos a recuperar		-	-	-	5.241	Dividendos a pagar	12 e 19	82.163	141.257	82.163	141.257	0
Despesas antecipadas		-	-	5.147	3.814	Receita diferida	17	-	-	1.773	4.367	Re
Outros ativos circulantes		-	-	2.763	726	Provisões para compromissos futuros	15	-	-	6.245	5.905	Re
Total dos ativos circulantes		46.914	85.924	199.867	135.428	Prêmio de risco (repactuação do risco hidr	ologico) 1.2	-	-	56.229	32.269	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE						Outros passivos		- 02.165	141 261	102.020	105 161	
Impostos e contribuições diferidas		-	-	112	288	Total dos passivos circulantes PASSIVO NÃO CIRCULANTE		82.165	141.261	193.930	195.161	Re
Impostos a recuperar		209	210	209	210	Provisões para compromissos futuros	15			38.110	34.574	LU
Depósitos judiciais	10	-	-	17.647	12.390	Provisões para compromissos ruturos Provisões para riscos	18	147	139	2.568	2.159	
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287	Total dos passivos não circulantes	10	147	139	40,678	36,733	D
Investimentos	11	1.003.106	979.114	-	-	Total dos passivos		82.312	141.400	234.608	231.894	Re
Imobilizado	13	-	-	970.922	992.062	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	02.512		234.000	231.034	
Intangível	14	-	-	13,481	15.077	Capital social	13	490.075	490.075	490,075	490.075	LU
Total dos ativos não circulantes		1.003.315	979.324	1.002.658	1.020.314	Reservas de lucros		477.842	433,773	477.842	433,773	C
TOTAL DOS ATIVOS		1.050.229	1.065.248	1.202.525	1.155.742	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO	LÍQUIDO					C
						rante das demonstrações financeiras.						Di
DENACNICEDA CÕEC DACANITA CÔ	SEC DO DATRIA	AĜNIO LÍOLI			1	DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos e	:!!	la mania DÓ				
DEMONSTRACOES DAS MUTACC	JES DIJ PATKIN		DUPAKAO		INDO EWIST	DE DEZEIVIBRO DE 2022 (Valores expressos e	m miinares c	ie reals - RS.	excero os an	viciendos po	Melacolo)	IN

IMODIIIZAGO	13	-	-	970.922	992.062	PATR	RIMONIO LIQUIDO		19			
Intangível	14	-	-	13.481	15.077	Capit	al social		490.075	490.075 490.0	075 490.075	LU
Total dos ativos não circulantes		1.003.315	979.324	1.002.658	1.020.314		rvas de lucros		477.842			
TOTAL DOS ATIVOS	_	1.050.229	1.065.248	1.202.525	1.155.742	TOTA	AL DOS PASSIVOS E D	Ο ΡΑΤΡΙΜΟΝΙΟ			525 1.155.742	
	=						as demonstrações fi		<u> </u>	TIOUDIE IO TIEUEII	<u> </u>	
												Dif
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO	PATRIM	IÔNIO LÍQUII	OO PARA O	EXERCÍCIO FI	NDO EM 31 I	DE DEZ	EMBRO DE 2022 (Va	alores expressos er	m milhares de reais - R\$,	, exceto os dividendo	s por ação)	IM
								Reserva	s de lucros			LU
					N	ota	_		Dividendos	Lucros	Patrimônio	Luc
					explicat	tiva	Capital social	Reserva legal	adicionais propostos	acumulados	líquido	Qu
												Qu
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020							490.075	98.015	283,394	-	871.484	
Dividendos adicionais distribuídos referente	s a 2020	(R\$0.75 por	acão)				-	-	(283.394)		(283.394)	
Lucro líquido do exercício			, , ,				-	-	,,	447,677	447,677	
Destinações:												
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,30 p	or acão)				19) (c)	_	_	-	(111.919)	(111.919)	
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,89 po						(c) _	_	_	335,758		(=====,	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	. uçuo,					(0)	490.075	98.015	335,758	(555,750)	923,848	LU
Dividendos adicionais distribuídos referente	s a 2021	(R\$0.89 por	acão)			_	-	- 50.015	(335,758)		(335,758)	
Lucro líquido do exercício		(··+-) p	/				_	_	(543.099	543.099	
Destinações:										5 15.055	5 15.055	IVL
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,36	nor acão	a).			10) (c)	_	_	_	(135,775)	(135.775)	_
Dividendos adicionais distribuidos (R\$ 0,07) (c)	_	_	_	(27.497)	(27.497)	log
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,01 p) (c)	_	_	379.827	(379.827)	(27.437)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	ioi açao,	,				(0) _	490.075	98.015	379.827	(373.027)	967.917	Os
SALDOS LIVI SI DE DEZEIVIBRO DE 2022			As notes ov	olicativas são	narto intogr	anto d	as demonstrações fi		373.827		307.317	de
			45 HOLDS EX	piicativas sat	haire iliregi	anne u	as uemonstrações m	nancenas.				sac

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A PCHPAR-PCH Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "PCHPAR"), constituída em 22 de fevereiro de 2005, como sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, participando com 100% de 13 Sociedades de Propósito específico ("SPEs") titulares, respectivamente, de Autorizações de emissão da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEE!") para exploração de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs", em conjunto com sua controladora denominada de "Grupo Brasil PCH" ou "Grupo"), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo periodo do 83 da nos, podendo ser prorrogada por igual periodo nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

9.158/2017. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, além de participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a Eletrobras adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elé-

trica (CLE). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou no balanço patrimonial consolidado, capital circulante líquido positivo no montante de R\$5.937 (R\$59.733 negativo em 31 de dezembro de 2021) na controladora o montante negativo de R\$35.251 (R\$55.337 em 31 de dezembro de 2021). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo sufficiente naça líquidar as obrigações de curtou prazo da Companhia

recursas e estavel e connecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Em 1º de dezembro de 2021, Eletroriver S.A. e BSB Energética S.A. concluiram a aquisição das ações representativas de 51% do capital social da Brasil PCH anteriormente detidas pela Chipley SP Participações S.A., mediante exercicio de direito de preferência conferido pelo Acordo de Acionistas da Brasil PCH, celebrado em 4 de abril de 2006. Dessa forma, a partir dessa a data, a Companhia passou a ser uma controlada da Eletroriver S.A. Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

• Funil Energia S.A. ("Funil")

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dores do Guanhães (MG), Tem capaci-Art Ci i fuil esta focializada foi no dominifies, fromanicipio de zodario so do Gala miesta (vidor, Teirit, poda dade instalada de 22,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 14,54 MW médios, iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o NEEL nº 11.131/2022.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME $\rm n^o$ 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar visto na Portaria MMK nº 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante o riginal de sua garantia física que, por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a apliação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização para discussão da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

**São loaquim Energia S.A. ("São loaquim")

A PCH São loaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 17 de abril de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.023/2022.

**Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

sua operação comerciament...

• Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

A PCH Santa Fé I está localizada no río Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 26,10 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 9 de maio de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.023/2022.

instalada de 15 MW e garantia física (energia assegurada) de 9,57 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 25 de junho de 2038, ne Resolução Autorizativa ANEFL nº 11.131/2022.

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 20,35 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 30 de julho de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

 Bonfante Energética S.A. ("Bonfante") A PCH Borfante está localizada no río Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantía física (energia assegurada) de 19.348 MW edidos. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 2 de agosto

operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 2 de agosto de 2038, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 11.131/2022.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12.17 para 13.48 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física area malisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se adisponibilitarão da pota metodologia de consulta Pública os cinatemas de 18.48 f. etodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME

 Irara Energética S.A. ("Irara")

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,21 MW médios. Íniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 6 de setembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022. iros Energia S.A. ("Calheiros")

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Ten capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 10,92 MW médico. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 12 de setembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

Caparaó Energia S.A. ("Caparaó" ou "Fumaça IV")
 A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dores do Rio Preto (ES). Tem capa-

A PCH Fumaça IV está localizada no río Preto, no Município de Dores do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 2,61 MW médios. Iniciou sua
operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 30 de
dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a
partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia
física original passando de 2,36 para 2,61 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme
Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física serido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de
cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado
pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a
ser instaurada pelo MME.

**Monte Serrat Fnerøética S.A. ("Monte Serrat")

set inistaulada peio inivite.

Monte Serrat Energética S.A. ("Monte Serrat")

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraïbuna, no Município de Comendador Lr (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física (energia assegurada) de 14 (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,28 MW mé-dios. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 13 de fevereiro de 2039, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física pro da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física origi retornou de 17,37 para 18,28 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portari MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então arda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME. São Simão Energia S.A. ("São Simão")

• São Simão Energia S.A. ("São Simão")
A PCH São Simão está localizada no roi Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física (energia assegurada) de 15,20 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 17 de fevereiro de 2039, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 11.131/2022.
• São Pedro Energia S.A. ("São Pedro")
A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,41 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 16 de junho de 2039, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.023/2022.
A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 437/2009 e o theve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponbilitação da nova metodologia em Consultar Pública. do pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MMI

a ser instantad peto viviric.

*Retiro Velho Energética S.A. ("Retiro Velho")

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,15 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 19 de junho de 2039, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia μοι το ματιο μίνιπ: 402/2002 e συτείνε decisao iminiar restabelecendo o montante de garantía física original que retornou de 12,49 para 13,15 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e garantia física das controladas da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

Todas as controladas da Companhia fizeram opção por participar com suas PCHs do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEF-Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente. em 12

parcelas, conforme definicões contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2021 foram subtraídos no faturame Destantonia, los giorges minarcent inerenties ad execution de 2012, in dant 300 minosos tratauni anti-to das PCHs da Brasil PCH, em 12 parcelas ao longo do exerción de 2022, no montante total de R\$1.180 (R\$2.545 em 2021), composto do montante negativo de R\$ 3.178 referentes aos ajustes do MRE e o montante positivo de R\$ 1.998 referente às rentabilizações e consumo interno, dentre uo wine e u monitarie positivo ue p. 1.593 relereline as fetialolizações e consumo interno, uente outros). As rubricas impactadas ao longo do exercício de 2022 foram "outros ativos circulantes", no montante de R\$ 1.551, "receita diferida" no montante de R\$ 2.731.

1.2. Repactuação do risco hidrológico ("RRH") - Consolidado

A Companhia aderiu à RRH referente a todas as controladas indiretas nos termos da Lei nº

 $13.203/2015\,e\,Resolução\,Normativa\,ANEEL\,n^2\,684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integral$ mente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagar prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

prêmio de risco de RS9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até ofinal desses contratos.
A partir de julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o recolhimento do prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, as controladas indiretas da Companhia apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento adotado pela Eletrobras Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca das notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para um novo pronunciamento. Em 11 de março de 2021, as SPEs apresentaram Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras stráficando o teor das notificações de controvérsia, até o momento sem solução. Em 31 de dezembro de 2022, as controladas indiretas da Companhia possuem uma provisão de R\$56.29 (R\$32.269 em 2021) constituída no passivo circulante na rubrica "prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)" em contrapartida ao resultado na rubrica "prêmio de risco (repactuação do risco irpedio de risco (repactuação do risco (repactuação tuação do risco hidrológico)". O respectivo efeito no resultado na rubrica "priemio de risco (repactua-ção do risco hidrológico)". O respectivo efeito no resultado na rubrica "priemio de risco (repactua-ção do risco hidrológico)". O respectivo efeito no resultado para o exercicio findo em 31 de dezem-bro de 2022 montou em R5 23,960 (R521.65 em 2021). 1.3. Sinistro São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")

Em razão das fortes chuvas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, a Casa de Força foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica a partir do

A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras, de modo que a unidade geradora nº 1 ("UGO1") voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora nº 2 ("UGO2") em 22 de maio de 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491.

Agenca Nacional de Energia Eletrica - ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491 a partir do dia 1 e 28 de maio de 2020, respectivamente, a liberação da operação comercial das unidades geradoras da PCH São Joaquim.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora, com vistas à cobertura securitária. Como resultado, em 20 de dezembro de 2021, a seguradora efetuou o pagamento da última parcela da indenização no valor de R\$ 4.005, sendo R\$ 787 referente a indenização de danos materiais. O montante foi reconhecido no resultado na rubrica de "Resultado na baixa de ativos" e com isso o sinistro foi economicamente encerado.

Sinistro foi economicamente encerrado.

1.4. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

Em agosto de 2020, com uso de Veículo Submersível Remotamente Operado ("ROV"), a Companhia realizou inspeção no Túnel de Adução do empreendimento, quando foi possível identificar, um trecho com colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do Túnel de Adução foram devidamente programadas e iniciadas no mês de maio e finalizadas dia 13 de julho de 2021. A unidade geradora 01 voltou a produzir no dia 08 de julho de 2021 e a unidade geradora 02 no dia 15 de julho de 2021.

02 no dia 15 de julho de 2021 A Santa Fé reconheceu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, resultado nela baixa

de ativos no montante de R\$940, o qual reflete a baixa contábil do valor residual referente aos ativos que compõe a parcela danificada do seu túnel de adução. Adicionalmente, a Santa Fé dispendeu gastos com recuperação na estrutura do túnel de adução. Esses valores foram reconhecidos como ativo imobilizado, na rubrica de "Reservatório, barragem, adutora". Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à segu-

R\$ 6.500 em 07 de julho e R\$ 6.000 em 05 de dezembro de 2022, totalizando o montante de R\$ 17.500, a título de adiantamento dos itens sinistrados. Este valor foi reconhecido no resultado na rubrica de "Receita com indenizações recebidas. De momento, aguarda-se a conclus \ddot{a} o do processo de regulação e, consequentemente, a definição dos montantes finais envolvidos neste tema.

1.5. Transferência de ativos regulatórios Conforme Resolução Normativa ANEEL nº 506/2012, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa abaixo, realizou a transferência da Linha de Transmissão para a distribuidora, resultado em baixa do ativo imobilizado, reconhecido no resultado na rubrica "Resultado na baixa

PCHs	Distribuidora	31/12/21
São Pedro Energia S.A.(LT)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	<u>2.151</u> 2.151
APRESENTAÇÃO DAS DEM Declaração de conformic		

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis ado tadas no Brasil (BR GAAP) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e

pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão 2.2. Bases de elaboração As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determi-nados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práti-cas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações

pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando cla

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidicae e exigibilidade, estanoa classimados como circulantes quando esperada que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. 3 Controle é obtido quando a Companhia:

• Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvir

rem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elem A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a con trolada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia

obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida. Oresultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, o resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contrâbeis à valuela estabelecidas pala Companhia.

políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da PCH PAR são eliminados inte gralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controla das diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(b) Instrumentos financeiros

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próxi mo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras

Ativos financeiros
Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia cons dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor

justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resulta-do, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas

(Valores expressos em milhares de r					
	Nota explicativa	31/12/21	21/12/20	Conso 31/12/21	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	31/12/21	31/12/20	714.371	594.651
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA	21			/14.3/1	334.031
Custos com depreciação e amortização	13 e 14			(38.264)	(36.335)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidr		_		(23.960)	(21.654)
Custo com pessoal	Ologicoj 1.2	_		(18.821)	(17.023)
Custos com manutenção				(15.673)	(16.615)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de di	stribuicão (TI	ISD) -		(10.428)	(8.736)
Custo com seguros	stribulção (11	-	_	(9.015)	(7.301)
Custos com operação				(2.258)	(2.441)
Taxas setoriais		_		(996)	(963)
Custos com meio ambiente		_	_	(463)	(893)
Outros custos		_	_	(480)	(531)
044 03 043103				(120,358)	$\overline{}$
LUCRO BRUTO				594.013	482,159
DESPESAS OPERACIONAIS	21			334.013	402.133
Despesas com pessoal e administradores		(17)	(16)	(12.504)	(10.000)
Administrativas e gerais	-	(60)	(36)	(2.975)	(2.356)
Depreciação e amortização	13 e 14	(00)	(50)	(5)	(2.550)
Outras despesas operacionais	15 0 1 1	(12)	(10)	(4.572)	(2.853)
Resultado na baixa de ativos		(12)	(10)	(1.572)	907
Receita com indenizações recebidas		_	_	17.500	-
Outras receitas		_	-	-	23
		(89)	(62)	(2.556)	(14.281)
Resultado de equivalência patrimonial	11	. ,	447,739	(=,	(====,
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEI			447,677	591,457	467.878
Despesas financeiras	22	(10)		(1.627)	(740)
Receitas financeiras	22		_	3,613	921
		(9)		1,986	181
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E	- DA				
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		543.110	447.677	593.443	468.059
Corrente	23	(11)		(50.204)	(20.427)
Diferido	23			(140)	45
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO S	OCIAL	(11)		(50.344)	(20.382)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		543.099	447.677	543.099	447.677
Lucro básico e diluído por ação ordinária	- R\$	1,44	1,19		
Quantidade média ponderada de ações		377.645.430	377.645.430	-	-
As notas explicativas são p	parte integra	nte das demo	nstrações finar	nceiras.	
DEMONSTRAÇÕES DO F	RESULTADO	ABRANGENTI	F PARA O EXE	rcício	
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO I					5)

	Contro	ladora	Consol	idado			
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	543.099	447.677	543.099	447.677			
Outros resultados abrangentes							
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	543.099	447.677	543.099	447.677			
As notas explicativas são parte integra	nte das dem	onstrações f	inanceiras.				
por meio do resultado.							
Os passivos financeiros classificados como mensura	ados pelo cus	to amortizad	do. utilizando	o o método			
de juros são reconhecidos inicialmente no recebim							

reconnecua no resultado. Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financei-ros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financei-ros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com ndentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Compensação de ativos e passivos financeiros

tratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente. (c) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor re-cuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma conflável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(d) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas deter-minadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº

367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos. Para os móveis e utensilios e computadores e perif com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorarão pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MPCPS, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hidricos. Em 88 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao G ativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas autorizações, limitada a 7 anos

A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015 onde se enquadram todas as usinas do Grupo. A extensão para as usinas do Grupo foi homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.932, publicada em 17 de se tembro de 2021, sendo que no momento, encontra-se em discussão pedido reconsideração ao processo de cálculo e homologação das extensões realizado pela ANEEL / CCEE. Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os til

radora com vistas à cobertura securitária. A seguradora efetuou o pagamento de R\$ 5.000 em 03 de declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos

declaração de operação consolar de declaração de operação de la consolar de outorga foi realizado pelas Resoluções Autorizativas da ANEEL pulicada no Diário Oficial da Uniao nos dias 31/01/2022 e 23/02/2022.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, até o momento, qualquer indicio que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do

Setor Elétrico - MCPSE.

Vida útil

exao registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 15, ão amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(f) Valor recuperável de ativos

ator recuperave de atuvos almente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para de iniar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valc perável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidad ofreram alguma perda por redução ao valor perável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando di a for possível estimar o montante esca se perda, se houver. Quando filo for possível estimar o montante recuperavel de um attvo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidad geradora de caixa à qual pertence o attvo. Quando uma base de alocação razoável e consistent

individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do

valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contabil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) e reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, cocre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tiveses sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável e reconhecida imediatamente no resultado.

(a) Provisões para compromissos futuros e outras. Uma provisões jara comprovinsoso autorios coudas Uma provisõe de reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma conflável e cuja liquidação es aja proviso O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para li-

quidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as ince relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa e liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (e o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o

das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a availação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiáve

esultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão

(I) Receta diferida
OS Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a Elet bras, estabelecem que seja consolidado em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultad ac omercialização no ambito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro, conforme previsão contratir resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 p.

siderado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acun

reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos

_												
П	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CA	λIX	A PARA O	EXERCÍCIO								
П	FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)											
•	Nota Controladora Consolidado											
1					31/12/22							
	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	_										
	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		543.110	447,677	593,443	468.059						
	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas											
)	pelas atividades operacionais:											
)	Resultado na alienação de ativo imobilizado e intangível		-	-	14	(907)						
)	Atualização financeira sobre depósitos judiciais 2	22	-	-	(200)	(286)						
)	Atualização financeira sobre aplicações financeiras		-	-	(3.049)	(468)						
)	Atualização financeira sobre compromissos futuros 1	15	-	-	447	411						
)	Depreciação e amortização 13, 14 e 2	21	-	-	38.269	36.337						
)	Amortização prêmio de risco (repactuação do											
í	risco hidrológico) 1.	.2	-	-	23.960	21.654						
,	Equivalência patrimonial 1	11	(543.208)	(447.739)	-	-						
	Constituição do ajuste MRE		-	-	(3.422)	4.022						
1	Apropriação do ajuste MRE		-	-	(1.180)	(2.545)						
1	PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	-	(54)						
Đ.		18	(4)	3	434	109						
		18	-	-	80	-						
)	Variações nos ativos e passivos:											
)		9	-	-	(58.324)	(43.258)						
)	Impostos a recuperar		-	-	5.947	(1.610)						
)	Despesas antecipadas		-	-	(452)	(756)						
7	Outros ativos Fornecedores		-	-	48	(112)						
	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	(5.038) 457	(3.212)						
2	Impostos e contribuições a recolher		-	-	(22.263)	(11.835)						
	Provisão de férias e 13º salario		-		(26)	141						
,	Pagamento provisão para riscos				(105)	141						
=	Depósitos judiciais		_	_	(5.120)	_						
5		15	_	_	(3.692)	(3,452)						
)	Outros passivos		-	_	(5.052)	3						
Ĺ	Caixa gerado nas operações		(102)	(59)	560.228	462.836						
Ĺ	Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			-	-	-						
	Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(8.752)	(5.403)						
9	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(102)	(59)	551.476	457.433						
)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS											
5	Dividendos recebidos 1	11	558.226	434.471	-	-						
)	Depósitos judiciais		-	-	-	(2.192)						
7	Resgates (Aplicações) em aplicações financeiras		-	(8)	26.500	(1.075)						
-	Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(8.585)							
		.4			17.500	4.005						
	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades											
	de investimentos		<u>558.226</u>	434.463	35.415	(32.010)						
П	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		·	· · · · · · · ·	·							
П					(558.124)							
	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(558.124)</u>	(434.404)	(558.124)							
	AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	١,			28.767	(8.981)						
;		8	1	1	9	8.990						
		8		1	28.776	0.990						
,	AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				28.767	(8,981)						
=	As notas explicativas são parte integrante das		emonstrac	ões finance		(0.501)						
-												
	As despesas financeiras abrangem despesas com juros s	sol	ore empré	As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e de-								

bêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social

o imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta SFE

Energética S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas aliquotas

de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto

de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro liquido, e consideram a

compensação de prejuiços ficacis e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido, com exceção da Santa

Fé Energética SA, qui regime fiscal adotado a partir de 01 de janeiro de 2022, foi o do lucro real.

Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as aliquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%,

esspertixamente. Sobre o receita as aliquotas de sinindas para sua atividade, que são de 8% e 12%,

esspertixamente. Sobre o receita as aliquotas de finidas para sua atividade, que são de 8% e 12%,

de para de preda e experimente contra contrativa de para de contrativa de para de contrativa de contrativa de para de contrativa de contrativa de para de contrativa de cont respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda

À distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral

(p) Lucro por açãoO lucro básico por (p) cucio por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

básico por açao e igual au unu por contra con (q) Caixa e equivalentes de caixa Go caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

In Adocão de Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

. AS normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios ini-ciados em ou após 1º de janeiro de 2022, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulga

ções ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas imbém incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro o escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, Alterações a IFRS 3/CPC comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação resente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um ributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) - Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na

As alterações a IAS 16 (CPC 27) Imobilizado proibem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente', Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico eficiendo situa é fal que nomo posso acua visade as equivarso de fecicios de situal de como como con consequencia de concentra producira de consequencia de consequencia producira ntes do Uso Pretendido e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou for necimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes

obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Não foram dentificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. Não foram identificado npactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. s alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato

compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os cus-tos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos in-crementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários materiais de Campanio materiais de autros custos diretamente relacionados ao imprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com preprediação para um item do imobilizado usado no cumprimento do ontrato). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstra-

lelhorias Anuais ao Ciclo As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas. de IFRSs 2018-2020 IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilida

> na adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabiliza-ção de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a ontrolada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as perações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demons trações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for transiça da controlación para as viornas do IFRS, se rientum ajuste nor feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a). I<u>FRS 9/CPC 48</u> - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para availar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em inforanos pagos ou recebidos entre a entidade quevedo y eo credor, sive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em e da outra parte. <u>IFRS 16/CPC 06 (R2)</u> - Arrendamentos: A alteração i o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. IAS 41/CPC 29 - Agricultura - A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar c alor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo la IAS 41 às exigências da IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para que s fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistente e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de

ixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensu

ração do valor justo mais adequada. Não foram identificados impactos elevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas nor s e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes: Pronunciamento Descrição

Consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) (alterações) vestidor e sua Coligada ou Joint Venture Classificação de Passivos como Circulantes ou Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) Não Circulantes Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2 Divulgação de Políticas Contábeis Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação de

novas normas. 4. GERENCIAMENTO DE RISCO A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguinte

• Nisco de creditto
O risco de creditto refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de cilentes são formadas por um único cilente - Eletrobras via contrato de compra de energia, firmado no âmbito do PROINFA pelo prazo de 20 anos, não havendo histórico de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperáve relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financei ros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos de seus recursos aplicados financeira-mente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 9 e nº10. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do pla nejamento de fluxo de caixa realizado.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta na, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbi

• Risco operacional
O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Para prevenir impactos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de risco operacional, conforme nota explicativa nº 2 fs.

a e suas controladas utilizam o controle do custejo para auxiliar no monitor exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decên

🛦 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10166707 em 15/03/2023 da Empresa PCHPAR - PCH PARTICIPACOES S.A., Nire 31300110494 e protocolo 231392419 - 14/03/2023. Autenticação: 7EBA9C2DE8E4E9B7BA84BA4D7DD47FB4749C6A8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/139.241-9 e o código de segurança wRqI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/03/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral. MARINELY DE PAULA (BOMF) MÁG. 9/15

EDIÇÃO DIGITAL



PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

59.603

ão com a sua entrada de caixa.	
apresentou no balanço patrimonial consc	lidado, capital
R\$ 5.937 (R\$ 59.733 negativo em 31 de	e dezembro de
251 (R\$55.337 em 31 de dezembro de 20	21). A Adminis-
nuidade operacional, visto que o fluxo de	suas receitas é
ção da energia no âmbito do PROINFA, se	endo suficiente
Companhia.	
prazo de vencimento contratual restante	dos passivos fi-
ias controladas e os prazos de amortização	o contratuais. A
s de caixa não descontados dos passivos t	financeiros com
nhia deve quitar as respectivas obrigações	. A tabela inclui
medida em que os fluxos de juros são pós	-fixados, o valor
as de juros no encerramento do exercício	. O vencimento
que a Companhia deve quitar as respect	ivas obrigações.
De 1 a 3 meses	Total
2.973	2.973
	apresentou no balanço patrimonial consc R\$ 5.937 (R\$ 59.733 negativo em 31 de 1.51 (R\$55.337 em 31 de dezembro de 20 nuidade operacional, visto que o fluxo de ção da energia no âmbito do PROINFA, sa a Companhia. prazo de vencimento contratual restante as controladas e os prazos de amortização s de caixa não descontados dos passivos 1 chia deve quitar as respectivas obrigações medida em que os fluxos de juros 360 pós as de juros no encerramento do exercício o que a Companhia deve quitar as respect

Total 2.976 2.976 A política da Administração é manter uma sólida base de capital para pre tidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2022 e 2021 são apres segue:

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológi-

cada usina hidreletrica, incluindo as da Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrologica se verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do Pais. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prémio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram sobremaneira suas eventuais exposições contratuais. 5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

		capacidade				
		Instalada		Data da	operação	Término
PCHs	Localização	(MW)	(MWm)	Autorização	comercial	autorização (*)
	Rio Paraibuna,					
Bonfante	Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	02/08/2038
	Rio Itabapoana,					
Calheiros	Bom Jesus, RJ	19,5	10.92	14/01/2000	12/09/2008	12/09/2038
	Rio Preto.	-,-	-,-		, ,	, ,
Caparaó	Dores do Rio Preto, ES	4.5	2.61	30/12/1999	30/12/2008	30/12/2038
		-,-	-,	,,	,,	,,
Carangola		15	9 57	23/12/1999	25/06/2008	25/06/2038
curungoia		13	3,3,	20/12/1000	25,00,2000	23/00/2030
Funil		22.5	14 54	23/12/1999	05/03/2008	05/03/2038
Jatai		30	20,33	13/12/2002	30/07/2008	30/07/2038
		25	40.00	20/00/2004	42/02/2000	42 (02 (2020
	Gasparian, KJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	13/02/2039
Velho		18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	16/06/2039
Santa Fé	Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	09/05/2038
São	Rio Benevente,					
Joaquim	Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	17/04/2038
	Rio Jucu Braço Norte,					
São Pedro	Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	16/06/2039
	Rio Itapemirim.					
São Simão	Alegre, ES	27	15.2	23/03/2001	17/02/2009	17/02/2039
					para que o p	azo de outorga
Caparaó Carangola Funil Irara Jataí Monte Serrat Retiro Velho Santa Fé São Joaquim São Pedro São Simão (*) As PCH	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES Rio Carangola, Carangola, MG Rio Guanhäes, Dores de Guanhäes, MG Rio Doce, Jatai, GO Rio Dace, Jatai, GO Rio Branalbuna, Comendador Levy Gasparian, RJ Rio da Prata, Aporé, GO Rio Paralbuna, Trés Rios, RJ Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES Rio Itapemingos Martins, ES Rio	4,5 15 22,5 30 30 25 18 30 21 30 27 da ANEEL,	2,61 9,57 14,54 18,21 20,35 18,28 13,15 26,1 13,28 18,41 15,2 attravés da de fevera	30/12/1999 23/12/1999 23/12/1999 23/12/1999 25/09/2002 19/12/2002 28/08/2001 13/11/2002 06/11/2002 19/10/2000 19/11/2003 23/03/2001 3s resoluções eiro de 2022,	30/12/2008 25/06/2008 05/03/2008 05/03/2008 30/07/2008 13/02/2009 16/06/2009 09/05/2008 17/04/2008 16/06/2009 17/02/2009 autorizativas	30/12/2038 25/06/2038 05/03/2038 06/09/2038 30/07/2038 13/02/2039 16/06/2039 09/05/2038 17/04/2038 16/06/2039 17/02/2039 nº 11.023 e nº

iosse considerado a partir da data de inicio de op 5.1. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA Valores original do

		original ao	anna	cyo	cyo			manec	
		contrato	contra-	históri-	atualizado			de	de
		(milhões de	tada -	co - R\$/	R\$/MWh			corre-	rea-
PCH	Compradora	reais - R\$)	_MWh	_MWh	(*)	Inicial	Final	ção	juste
Bonfante	Eletrobras	281.272	115.893	121,35	463,23	jul08	Jul28	IGP-M	Junho
Carangola	Eletrobras	202.548	83.456	121,35	463,23	mai-08	abr-28	IGP-M	Junho
Calheiros	Eletrobras	228.228	94.037	121,35	463,23	set-08	set-28	IGP-M	Junho
Caparaó	Eletrobras	54.054	22.272	121,35	463,23	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Funil	Eletrobras	302.441	124.615	121,35	463,23	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
Irara	Eletrobras	379.529	156.378	121,35	463,23	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Jataí	Eletrobras	423.293	174.410	121,35	463,23	jun-08	jun-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	Eletrobras	379.134	156.215	121,35	463,23	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	Eletrobras	275.484	113.508	121,35	463,23	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	Eletrobras	546.810	225.303	121,35	463,23	jul-08	jun-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	Eletrobras	280.619	115.624	121,35	463,23	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
São Pedro	Eletrobras	387.888	159.822	121,35	463,23	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
São Simão	Eletrobras	319.677	131.717	121,35	463,23	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
(*) Base junho	de 2022.								
2021:		Va	lores				Pra	zo	
		Valor	Energia						
		original do	anual	Preço	Preço			Índice	Mês
		contrato	contra-	históri-	atualizado			de	de

2021.	Valores					FIAZU			
		Energia							
		original do	anual	Preço	Preço			Índice	Mês
					atualizado			de	de
		(milhões de			R\$/MWh			corre-	
PCH	Compradora	<u>reais - R\$)</u>	MWh	MWh		Inicial		<u>ção</u>	
Bonfante	ELETROBRAS	281.272	115.893	121,35	418,37	jul08	Jul28	IGP-M	Junho
Carangola	ELETROBRAS	202.548	83.456	121,35	418,37	mai-08	abr-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ELETROBRAS	228.228	94.037	121,35	418,37	set-08	set-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ELETROBRAS	54.054	22.272	121,35	418,37	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Funil	ELETROBRAS	302.441	124.615	121,35	418,37	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
Irara	ELETROBRAS	379.529	156.378	121,35	418,37	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Jataí	ELETROBRAS	423.293	174.410	121,35	418,37	jun-08	jun-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ELETROBRAS	379.134	156.215	121,35	418,37	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ELETROBRAS	275.484	113.508	121,35	418,37	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ELETROBRAS	546.810	225.303	121,35	418,37	jul-08	jun-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ELETROBRAS	280.619	115.624	121,35	418,37	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
São Pedro	ELETROBRAS	387.888	159.822	121,35	418,37	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
São Simão	ELETROBRAS	319.677	131.717	121,35	418,37	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
(*) Base junho de 2021									

6. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estir

peito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos d outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimat As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revis tas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afeta tanto o período presente como períodos futuros

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração du rante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mai (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo

principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas pró ximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustada:

em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições ad onais identificadas com base em novos assuntos (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas. Em 31 de dezembro de 2022, não havia, na Controladora e em sua controlada direta, saldo de im posto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos

fiscais, visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributá-vel futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais

possam ser utilizadas.

(v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE («fou pela Eletrobras.

(vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as têcnicas de avaliação selecionadas e as premisas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

7. BASE DE CONSOLIDAÇÃO eiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR - PCH Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfant Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão: nas quais a participação no capital é de 100%

 Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas

consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/2 31/	a) Caixa e equivalentes de caixa	Contro		Consol	
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários 1 28.765 28.776 9 As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto a os Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. b) Aplicações financeiras 20.00 10,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. b) Aplicações financeiras 20.00 10,4% (em 2021, 99%) do Centrificado de Depósito Interbancário - CDI. b) Aplicações financeiras 20.00 10,4% (em 2021, 90%) do CDI. 80 10,5% (em 2021, 90%) do CDI. 80 10,5% (em 2021, 90%) do CDI. 80 10,56% a lema 20,5% (em 2021, 87,49%) a 103,69%) do CDI. 8eferidas aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justos. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. b) Aplicações financeiras Controladora Controlado	Bancos	1	1	11	9
As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. b) Aplicações financeiras Controladora Consolidador Consolidador 31/12/22 31/12/12 31/1	Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários			28.765	
Banco Ita'ú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. b) Aplicações financeiras Controlador Consolidador Consol		1	1	28.776	9
taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CÓD. b) Aplicações financeiras 21/21/22 31/21/21 31/21/22 31/21/21 Fundos de investimento em renda fixa (a) 8 8 1.506 22.286 (a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% a (em 2021, 87,49% a 103,66%) do CD. Referidas aplicações financeiras 180 são mantidas como a finalidade de et-andera	As aplicações financeiras de liquidez imediata em Ce	ertificado de	Depósito Ba	ancário - CDE	B - junto ao
b) Aplicações financeiras Controlatora Silva 20 20 20 20 20 20 20 2	Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante d	le mudanca d	le valor iusto	o. São remur	neradas por
September 11/2 11	taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%)	do Certificad	lo de Depós	ito Interband	ário - CDI.
Fundos de investimento em renda fixa (a) 8 8 8 1.506 22.286 (a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% a (em 2021, 87,49% a 103,69%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a	b) Aplicações financeiras	Contro	ladora	Consol	idado
(a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% a (em 2021, 87,49% a 103,65%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
(a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% a (em 2021, 87,49% a 103,66%) do COI. Referidas pilicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a	Fundos de investimento em renda fixa (a)	8	8	1.506	22.286
e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% a (em 2021, 87,49% a 103,69%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a		8	8	1.506	22.286
e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% a (em 2021, 87,49% a 103,69%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a	(a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos a	abertos de re	enda fixa. iu	into ao Band	o do Brasil
103,69%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a					
como equivalentes de caixa.		o accinación co	ouos os requ	iisitos para c	iassiiicação
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)					

refere-se a o valor da venda da energia gerada pelas suas controladas indiretas, no âmbito do PROIN-A, no montante de R\$161.675 em dezembro de 2022 (R\$103.352 em 2021), líquido dos respectivos mostos retidos na fonte, conforme cronograma contratula de pagamento que prevê 03 (trés) par-elas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e, a última, o dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento. partir de julho de 2020 a Eletrobras passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, os montantes devidos pelas controladas indiretas a título de recolhimer

to do prêmio de repactuação do risco hidrológico, incialmente previsto dentre os ajustes financeiros estabelecidos no contrato PROINFA. Assim em 31 de dezembro de 2022, registrou-se sob a rubrica contas a receber o valor R\$54.193 (R\$30.420 em 2021), até que a cont As controladas indiretas não constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à Eletrobras como adm

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

31/12/22 31/12/22 11.865 11.305 Desapropriações e servidões (a) 169 47 189 14 17.647 12.390

hento de aniquamento de PCH São loaquim Energia S.A. e PCH Santa Fé Energética S.A..

A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem (b) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível

propriedade definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão	1
administrativa. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de trans-	(
missão de interesse restrito.	
Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as	5
controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos	S

nos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas (c) Algumas controladas da Companhia são responsáveis ou corresponsáveis (solidária ou subsidia riamente) em processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhis

tas reclamadas da Brasil PCH e/ou das SPEs e de empresas terceiras, conforme o caso. 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS (CONTROLADORA) Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de nas 13 PCHs

			-
	31/12/22	31/12/21	S
No início do exercício	979.114	919.123	S
Equivalência patrimonial	543.208	447.739	Ν
Dividendos adicionais aprovados referentes ao exercício anterior	(330.605)	(292.872)	li
Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários do			L
exercício corrente	(188.611)	(94.876)	
No fim do exercício	1.003.106	979.114	(-
(a) Informações das controladas diretas			S

10.018

	Funil	12.375	60.242	7.577	1.941	63.099	
la	Irara	15.603	91.328	9.339	5.885	91.707	
as	Jatai	17.388	88.083	11.647	1.192	92.632	
a-	Monte Serrat	18.800	99.414	10.509	2.854	104.851	
ia	Retiro Velho	13.276	88.035	8.955	3.436	88.920	
	Santa Fé	38.293	145.692	56.803	14.717	112.465	
la	São Joaquim	12.191	63.576	11.131	1.721	62.915	
a,	São Pedro	23.980	96.774	10.541	919	109.294	
	São Simão	13.895	81.026	8.003	2.048	84.870	
	Total	199.858	1.000.584	158.617	38.719	1.003.106	
				31/12/21			
0	•	Ativos	Ativos não	Passivos	Passivos não	Patrimônio	
*)							
_	_	circulantes	circulantes	circulantes	circulantes	líguido	
	Bonfante	9.162	circulantes 71.714	circulantes 13.795	2.245	64.836	
8	Bonfante Calheiros						
8		9.162	71.714	13.795	2.245	64.836	
	Calheiros	9.162 7.724	71.714 58.095	13.795 7.625	2.245 763	64.836 57.431	
8	Calheiros Caparaó	9.162 7.724 1.917	71.714 58.095 19.277	13.795 7.625 1.704	2.245 763 405	64.836 57.431 19.085	
8	Calheiros Caparaó Carangola	9.162 7.724 1.917 6.870	71.714 58.095 19.277 43.370	13.795 7.625 1.704 9.475	2.245 763 405 922	64.836 57.431 19.085 39.844	
8	Calheiros Caparaó Carangola Funil	9.162 7.724 1.917 6.870 9.694	71.714 58.095 19.277 43.370 61.972	13.795 7.625 1.704 9.475 8.219	2.245 763 405 922 1.832	64.836 57.431 19.085 39.844 61.615	
8	Calheiros Caparaó Carangola Funil Irara	9.162 7.724 1.917 6.870 9.694 12.277	71.714 58.095 19.277 43.370 61.972 94.378	13.795 7.625 1.704 9.475 8.219 10.182	2.245 763 405 922 1.832 6.233	64.836 57.431 19.085 39.844 61.615 90.240	

Os principais saldos de resultado das controladas diretas em 2022 e 2021 são apresentados como

	31/12/22								
			Lucro antes	Lucro					
	Receita	Lucro	do resultado	antes dos	Lucro				
	líquida	bruto	financeiro	impostos	líquido				
Bonfante	49.663	39.621	38.029	38.089	36.469				
Calheiros	40.793	32.070	31.076	31.161	29.820				
Caparaó	9.617	7.088	6.878	6.980	6.653				
Carangola	36.106	29.798	27.791	27.837	26.668				
Funil	52.970	44.737	43.754	43.889	42.142				
Irara	66.909	56.231	55.660	55.833	53.628				
Jataí	74.614	62.437	60.824	60.904	58.459				
Monte Serrat	67.353	56.135	55.494	55.802	53.522				
Retiro Velho	48.341	38.993	38.649	38.797	37.190				
Santa fé	91.589	77.974	88.375	88.541	58.874				
São Joaquim	50.160	42.835	41.818	41.886	40.251				
São Pedro	69.115	59.481	57.534	58.065	55.660				
São Simão	57.142	46.616	45.665	45.758	43.873				
Total	714.372	594.015	591.546	593.541	543.209				
		31/12/21							

			Luci o antes do	Lucio antes		
	Receita líquida	Lucro Bruto	resultado financeiro	dos impostos	Lucro líquido	
Bonfante	40.867	30.373	29.111	29.112	27.816	
Calheiros	33.833	26.272	25.598	25.606	24.540	
Caparaó	7.976	5.458	5.308	5.295	5.059	
Carangola	30.019	23.298	21.782	21.774	20.829	
Funil	43.553	36.017	35.380	35.394	34.014	
Irara	55.208	45.433	44.942	45.000	43.204	
Jataí	61.594	50.945	49.654	49.616	47.654	
Monte Serrat	55.774	46.214	45.843	45.846	44.059	
Retiro Velho	40.064	31.333	31.000	30.985	29.716	
Santa fé	80.155	66.625	60.964	61.100	58.461	
São Joaquim	41.368	34.290	37.271	37.324	34.633	
São Pedro	57.031	47.593	43.660	43.631	41.814	
São Simão	47.209	38.314	37.425	37.437	35.939	
Total	594.651	482.165	467.938	468.120	447.738	
(b) Dividendos a re	ceber					
(=, =:::::::::::::::::::::::::::::::::::					Ctld	

le	(b) Dividendos a receber			
a-			Controladora	
<u>te</u>	Saldo em 31 de dezembro de 2020		132.639	
10	Dividendos aprovados		387.747	
10	Dividendos recebidos	_	(434.471)	,
10	Saldo em 31 de dezembro de 2021		85.915	١
10	Dividendos aprovados		519.216	(
10	Dividendos recebidos	_	(558.226)	
10	Saldo em 31 de dezembro de 2022		46.905	E
10	12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS			1
10	A Administração identificou os principais saldos e transações com partes rel	acionadas	o cour ofoitor	
10	são assim demonstrados:	acioi iauas,	e seus eleitos	6
10	sao assim demonstrados:			(
10		Controla	dora	
10		L/12/22	31/12/21	1

)		Controlad	ora
)		31/12/22	31/12/21
o Ativo	circulante - dividendos a receber:		
Bonfar	nte	3.459	9.872
Calhei	ros	984	4.788
Capara	aó	644	1.016
s Carang	gola	2.649	6.887
e Funil		1.426	4.198
e Irara		1.781	5.388
Jataí		2.982	8.064
_s Monte	Serrat	2.996	2.446
- Retiro	Velho	2.925	5.453
r Santa	Fé	18.583	25.551
São Jo	aquim	3.938	4.444
 São Pe 	edro	3.061	2.206
São Sir	mão	1.477	5.602
		46.905	85.915
е		Controladora e C	onsolidado
Passive	o circulante - dividendos a pagar		
D:11	DCH C A	02 162	1/11 257

externas, que justinicassem o registo de provisos para recomponhia determina a vida útil e o valor resimbilizado e attivo intangível.

(ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE") conforme Resolução. Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmenta utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme availação juridica da legislação, pá final do prazo de autorização de 30 anos, e conforme aceplicativa nº 3 (c.) serão renovadas por igual periodo (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, pá devidamente regulamentados.

MOBILIZADO (CONSOLIDADO)
(a) Composição do imobilizado:

Consolidado

**Co No ano de 2022 a remuneração da Administração foi de R\$14 pela companhia (R\$14 em 2021) e R\$ Brasil não requerem sua contabilização

	_	Consoli	dado	
	Taxa de Depreciação	31/12/22	31/12/21	(
Terrenos	=	43.889	43.688	(
Turbina hidráulica	2,50%	117.582	121.536	á
Conduto forçado	3,13%	28.404	29.229	9
Gerador	3,33%	65.020	68.390	(
Comporta	3,33%	21.071	21.750	ė
Subestação unitária	3,57%	36.955	39.634	ć
Estrutura de tensão	3,57%	15.202	16.217	(
Casa de forca produção hidráulica	2,00%	322.722	329.383	i
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	262.174	264.633	á
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	56.070	56.561	(
Imobilizado em Curso		1.833	1.041	ı
		970.922	992.062	
(h) Movimentação de imphilizado, consolidado				(

24 /42 /24	A -I:-~-	Date To		1 24/42/22
2022				
(b) Movimentação do imobilizado - consolidado				
(1) **				
			970.922	992.062
Imobilizado em Curso			1.833	1.041
Outras máquinas e equipamentos		3,65	% 56.070	56.561
Reservatório, barragem, adutora		2,00		
Casa de forca produção hidráulica		2.00	% 322.722	329.383
Estrutura de tensão		3,57	% 15.202	16.217
Subestação unitária		3,57	% 36.955	39.634
Comporta		3,33	% 21.071	21.750

31/12/21 Adições Baixas Transferências (*) 31/12/22 50bre Tarifa Uso Sistema - 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (a) Capital social (a) Capital social Turbina hidráulica Conduto forçado Gerador 116.244

	Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-
s	Outras máquinas e equipamentos	93.716	3.015	(21)	83	96.793
_	Imobilizado em curso	1.041	1.448		(656)	1.833
а		1.408.075	12.829	(21)	-	1.420.883
	(-) Depreciação					
	Turbina hidráulica	(53.607)	(4.380)	-	-	(57.987)
	Conduto forcado	(19.421)	(1.534)	-	-	(20.955)
-	Gerador	(47.854)	(3.874)	-	-	(51.728)
<u>i</u>	Comporta	(14,984)	(1.224)	-	-	(16.208)
	Subestação unitária	(35,500)	(2.679)	_	_	(38.179)
<u>=</u>	Estrutura de tensão	(12.308)	(1.015)	-	-	(13.323)
	Casa de forca produção hidráulica	(114,983)	(8.901)	-	-	(123.884)
0	Reservatório, barragem, adutora	(80.201)	(6.773)	-	-	(86.974)
r	Outras máquinas e equipamentos	(37.155)	(3.575)	7	_	(40.723)
		(416.013)		7		(449.961)
	Imobilizado Líquido	992.062	(21.126)	(14)	-	970,922
1						
5	2021					
1 5 5 il		31/12/20	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/10/21
il	Custo					
a	Terrenos	42.486	1.242	(40)	-	43.688
a	Turbina hidráulica	174.444	694	-	5	175.143
0	Conduto forçado	48.222	428	-	-	48.650
	Gerador	115.199	1.045	-	-	116.244
	Comporta	36.722	12	-	-	36.734
_	Subestação unitária	75.069	65	-	-	75.134
s	Estrutura de tensão	31.295	-	(2.770)	-	28.525
	Casa de forca produção hidráulica	444.032	368	(40)	6	444.366
١,	Reservatório, barragem, adutora	320.912	9.539	(1.803)	16.186	344.834
,	Adiantamento a fornecedores	1.235	-	(5)	(1.230)	-
ı-	Outras máquinas e equipamentos	89.231	2.786	(652)	2.351	93.716
- -	Imobilizado em curso	2.615	15.739		(17.313)	1.041
		1.381.462	31.918	(5.310)	5	1.408.075
s a	(-) Depreciação					
a n	Turbina hidráulica	(49.241)	(4.366)	-	-	(53.607)
	Conduto forçado	(17.910)	(1.511)	-	-	(19.421)
_	Gerador	(44.006)	(3.848)	-	-	(47.854)
e	Comporta	(13.765)	(1.219)	-	-	(14.984)
6 i-	Subestação unitária	(32.820)	(2.680)	-	-	(35.500)
-	Estrutura de tensão	(12.391)	(1.065)	1.148	-	(12.308)
	Casa de forca produção hidráulica	(106.109)	(8.884)	10	-	(114.983)
	Poconyatório harragom adutora	(74.025)		205		(90.201)

(74.035) (6.461) (34.050) (3.399) (384.327) (33.433) 997.135 (1.515) (3.563) (*) Transferências entre contas do ativo imobilizado e contas de ativo intangível (c) Valor recuperável de ativos ras referente ao restabeleci- Anualmente, as PCHs revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar R/CSLL sobre indenização de se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de

)	14. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)						
-	(a) Composição do intangível				Consolida	ido	
		Taxa	de An	nortização		31/12/21	Seg
5	Servidões				- 2.911	2.911	Op
	Software			20%		2.736	Me
	Medidas compensatórias			10 a 25%		24.241	Tril
	Indenização de terras				- 1.785	1.753	Tax
	Legalização de terras				- 1.498	1.524	Re
-	Amortização acumulada				- (22.745)	(18.088)	Re
					13.481	15.077	Οu
	(b) Movimentação do intangível - co	nsolidado					Cu
	2022	31/12/2021		Adições _	Baixas	31/12/22	Ou
	Custo						(*)
Ī	Servidões	2.911		-	-	2.911	
3	Software	2.736		394	-	3.130	R\$
9	Medidas compensatórias	24.241		2.661	-	26.902	mo (**)
)	Indenização de terras	1.753		32	-	1.785	
	Legalização de terras	1.524			(26)	1.498	22.
)	-	33.165		3.087	(26)	36.226	
1	(-) Amortização				-		
	Software	(1.116)		(470)	-	(1.586)	De
,	Medidas compensatórias	(16.972)		(4.187)	-	(21.159)	Jur
	-	(18.088)		(4.657)		(22.745)	Οu
	Intangível líquido	15.077		(1.570)	(26)	13.481	_
-	<u>2021</u>	31/12/20 Ad	ições	<u>Baixas</u>	Transferências (*)	31/12/21	Re
)	Custo						Re
2	Servidões	3.043	5	(132)	(5)		Atı
,	Software	1.954	782	-	-	2.736	Οu
5	Medidas compensatórias	24.338	-	(97)	-	24.241	т.
	Indenização de terras	1.644	109	-	-	1.753	To
+	Legalização de terras	1.523	1			1.524	23.
,		32.502	897	(229)	(5)	33.165	ΑC
,	(-) Amortização						me
-	Software		(389)	-	-	(1.116)	des
L	Medidas compensatórias		.515)				
			.904)		-	(18.088)	
	Intangível líquido		.007)	(229)	(5)	15.077	Luc
1	(*) Transferências entre contas do at				vo imobilizado e ativ	၁ intangível.	con
ì	15. PROVISÕES PARA COMPROMISS	OS FUTUROS (CON	SOLIDA	ADO)			Alíc
_					Atuali	-	Imp

Provisao p/ medidas compensa-						
tórias (b)	10.758	2.661	-	(2.925)	296	10.790
Provisão p/ legalização de terras (c)	1.525	-	(26)	-	-	1.499
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.518	172				13.690
Total	40.479	7.147	(26)	(3.692)	447	44.355
Passivo circulante	5.905					6.245
Passivo não circulante	34.574					38.110
					Atualiza-	
			Rever-	Paga-	Atualiza- ção Finan-	
	31/12/20	Adição	Rever- são	Paga- mentos	ção Finan-	31/12/21
Compromissos socioambientais (a)	31/12/20 15.682	Adição -			ção Finan-	31/12/21 14.678
Compromissos socioambientais (a) Provisão p/ medidas compensatórias (b)			são	mentos	ção Finan- ceira	
	15.682	-	<u>são</u> (568)	mentos (605)	ção Finan- ceira 169	14.678
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	15.682 13.460	-	<u>são</u> (568) (97)	mentos (605)	ção Finan- ceira 169 242	14.678 10.758

zação

571 (665) (3.452) (a) Provisão para compro capriorissas para compromissos socionamientas - quanto da inipariação das 1 rais, o internada plara forgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PA-CUERA"), que prevê, dentre outas atividades, o zoneamento e recuperação ambiental de determinadas reass de propriedade das SPSE sou de terceiros. Para o cumprimento das exigências do PACUERA, o Grupo precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem reflorestadas, ações essas também registradas sob

esta rubrica. (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de o (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Em prol do meio ambiente e em cumprimento das determinações constantes das licenças ambientais, é necessária a rea-lização de proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de fauma e flora, de proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrira. (c) Provisão fundiária : o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regurização dos registros imobiliários perante os competentes cartórios, sendo, portanto, provisionados os

(d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

10. IIVIFO3103, CONTRIBUIÇOE3 E TAXAS A RECOLLIER (CONSOLIDADO)	COLISOII	aauu
	31/12/22	31/12/2
Imposto de renda e contribuição social a recolher	33.772	3.773
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)	932	790
Impostos diferidos (a)	727	593
Outros tributos a recolher	4.432	1.053
	39.863	6.209
a) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita. 17. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)		
(a) Composição da receita diferida	31/12/22	31/12/21
Exposição ao MRE (a)	1.773	4.367
Total	1.773	4.367
(b) Movimentação da receita diferida		
Constituição		
31/12/21 e atualização Reversã	o (i) Realização	31/12/22

Exposição ao MRE (a) 31/12/20 atualização

(I) Em 06 de outubro de 2021, o Supremo Tribunal de Justiça ("STJ"), em decisão referente à processo instaurado pela ANEEL, determinou a exclusão da UHE Risoleta Neves do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em função da decisão do STJ, a Câmara de Comercialização de Fenergia Elétrica - CCE recialculou e em fevereiro de 2022 comunicou, através das instruções de faturamento, os participantes do MRE a restituição de montantes apurados anteriormente e que foram diretamente impactados pela ek\$2.771.

18. PROVISÕES PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companisio a comunicação de construição de montantes de NEX-2371.

18. PROVISÕES PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

18. FRUNSOES PARA RISCOS (CUINSOUNAU) A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambiencíveis era de R\$2.568 (R\$2.159 em 31 de dezembro de 2020). A variação das pr

	31/12/21	Constituição	Baixas	Realização	Atualização	31/12/22	
Trabalhista	100	67	(100)		-	67	
Regulatório	1.207	94	-	-	55	1.356	
Tributário	768	471	(133)	(105)	20	1.02	
Cíveis .	84	35			5	124	
Total	2.159	667	(233)	(105)	80	2.568	
			31/12/20	Constituição	Baixas	31/12/2	
Trabalhista			128	35	(62)	100	
Regulatório			1.221	58	(71)	1.20	
Tributário			625	145	(2)	768	
Cíveis			77	41	(36)	84	
Total			2.051	279	(171)	2.159	
A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambien ais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo							

Trabalhistas (a) 6.144 (a) As ações trabalhistas, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho sofrido por empregado de terceiro. (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações e reparação de danos a pescadores em razão das obras de instalação do empreendimento. As demais

31/12/21

ações cíveis do Grupo estão relacionadas a ações de indenização e ações possessórias (c) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, inde-nização por prejuízo com "Lavra de Areia", atividade exercida no reservatório das SPEs. Adicionalmente, a SPE Carangola é ré em ação popular assumida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, após desistência da autora, na qual se discute supostos danos ambientais decorrentes da implantação do em preendimento, não sendo possível, tendo em vista o estágio processual, a atribuição de valor indenizável

dada a ausência de caracterização dos danos ventilados pelo autor. (d) Refere-se à ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquens, bem como a ação audatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido pela Cosobre Tarifa Uso Sistema - TUSD.

(a) Capital social

43.889 Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, o capital social subscrito e integralizado é
175.569 R\$490.075 e está representado por 377.645.430 ações ordinárias, nominativas e sem valor nomina
49.359 talmente subscritas pelo acionista Brasil PCH S.A.
(b) Reservas [egal
75.134 Constituída à azão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual
28.525 excederá 20% do capital social. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

houve constituição de reserva legal pelo fato do referido limite ter sido atingido em anos anteriores. Reservas de lucros videndos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como m que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício,

ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram calculados conforme segue: 31/12/22 Lucro líquido do exercício
(=) Base de cálculo dos div Dividendos adicionais pr (379.827) (335.758) <u>Dividendos a pagar</u> Saldo em 31 de dezembro de 2020

Saldo em 31 de dezembro de 2021 Saldo em 31 de dezembro de 2022 20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO) 31/12/22 31/12/21 742.643 618.655 Venda de energia elétrica 3.483 4.603 (1.477) Deduções à receita bruta: PIS e COFINS Corrente PIS e COFINS Diferido *) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são r

() Senio a Companial Contratada no ambito do Pronivra, as contabilizar, mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula c ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas tratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. 21, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado		1
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	
oreciação e amortização (*)	-	-	(38.269)	(36.337)	-
mio de risco (repactuação do risco hidrológico)	-	-	(23.960)	(21.654)	1
soal e administradores	(17)	(16)	(31.326)	(27.023)	
nutenção	-	-	(15.673)	(16.615)	
viços de terceiros	(7)	-	(2.409)	(2.582)	
ifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição	(TUSD) -	-	(10.428)	(8.736)	

		Control	adora	Consol	idado
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
21	Seguros		-	(9.015)	(7.301)
21 11	Operação		-	(2.258)	(2.441)
36	Meio ambiente		-	(463)	(893)
41	Tributos	(5)	(6)	(1.806)	(282)
53	Taxas setoriais		-	(996)	(963)
24	Resultado na baixa de ativos	-	-	-	907
38)	Receita com indenização recebida (**)	-	-	17.500	-
38 <u>)</u> 77	Outras despesas, líquidas	(60)	(40)	(3.811)	(2.853)
		(89)	(62)	(122.914)	(126.773)
22	Custo das vendas de energia	-	-	(120.358)	(112.492)
<u>22</u>	Outras despesas, líquidas	(89)	(62)	(2.556)	(14.281)
11	(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização				
30	R\$ 343 em 31 de dezembro de 2022 decorrentes de a		nobilizado er	n função da r	nudança da
02	modalidade de apuração do lucro tributário da compa			_	
85	(**) A receita com indenização recebida está divulgad	la na Nota Exp	olicativa nº 1.	4.	
<u>98</u>	22. RESULTADO FINANCEIRO				
<u> 26</u>				Consolidad	
			31	/12/22	31/12/21
36)	Despesas financeiras:	_			
9)	Juros e atualizações financeiras sobre compromiss	os tuturos		(447)	(411)

628 285 utras receitas financeiras

s. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro liquido com base no regi-e do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das aliquotas fiscais combinadas e da espesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue: <u>Controladora</u> <u>Consolidado</u> 31/12/22 31/12/21 31/12/22 31/12/21

cro contábil antes do imposto de renda e da 543.110 447.677 593.443 468.059 ntribuição social <u>são</u> <u>mentos</u> <u>Financeira</u> <u>31/12/22</u> Exclu - (767) 151 18.376 Efe 184.691 152.231 (23) (21) (50.344) 20.382 (50.204) (20.427) Diferido (140)

Diletricio

A Controladora possui prejuizo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado acumulado de R\$385 em 2022(R\$ 316 em 2021). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

24. INSTRUMENTO FINANCEIROS

entados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados po

categoria				
		Consolidad		
	Nota	31/12/22	31/12/21	
Ativos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.776	9	
Aplicações financeiras	8	1.506	22.286	
Contas a receber	9	161.675	103.352	
Depósitos judiciais	10	17.647	12.390	
Outros ativos		2.763	726	
Passivos financeiros				
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores		2.973	830	

Fornecedores

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise
de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia,
objetivando evidenciar um eventual desemblos futuro, de acordo com as premissas detalhadas.
Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de
juros CDI (13,75%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 (fonte Boletim Focus,
datado de 30 de dezembro de 2022). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro
para os cenários II el III. respectivamente. Consolidado

	Exposição				
)peração	31/12/22	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
aixa e equivalente de caixa	28.765	Baixa do CDI	3.955	2.966	1.978
plicação financeira	1.506	Baixa do CDI	207	155	104
5. COBERTURA DE SEGURO					
eguro "Directors&Officers" (D&C))				

Seguro "Directors&Officers" (D&O)
A Companhia renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal civel ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2023, mantendo a cobertura no montante de R\$50.000.

Seguro de responsabilidade civil
As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de
R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2023 para indenizações por danos civis, em sentença judicial
transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação
ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiro.

		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/2
1	Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado	-	-	(26)	(665
-	e ativo intangível	-	-	7.147	57
275111111111111111111111111111111111111	Reversão de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado Aquisição de imobilizado e intangível em contra- partida à rubrica de fornecedores e impostos Compensação de Imposto de Renda e Contribui- ção Social com IRRF e CSRF	- - -	-	(108) 287 12.567	4 72 21 13.19
7	27. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRA A emissão das demonstrações financeiras foi auto de 2023.			ão em 08 c	le fevereir
1	COMPOSIÇÃO D	A DIRETOR	IΔ		

Walter Nunes Seijo Neto - Diretor CONTADOR Braulio Rios Sá - CRC MG - 117.577/O-2

Aos Acionistas e Administradores da PCHPAR - PCH Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PCHPAR - PCH Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem

o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financieria, individual e consolidada, da PCHPAR - PCH Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidados para o exercicio findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas brasileiras e internacionais de aductioria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas

pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por faulde que ron e emitir realatório de auditoria contredan posso anoisinão. Segurança razoável de que con existir realatório de auditoria contredan posso anoisinão. Segurança razoável de que

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é un por insolución en come de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas alto nivel de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes existentes quando en composições de composiç individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

economicas dos usuarios tomadas com base nas reteridas demonstraçoes Inancieras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo coma so nomas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas são com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficiciació dos controles internos de Companhia e de suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

 Avalamos a adequação das políticas contabeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria abstrator ado a do acor en partido de consolidadas ou conficiênt future nodem buses. Companhia o posições futures readem buses, Companhia con contrator de consolidadas con conficiênt futures readem buses, Companhia con conficiênt futures readem buses, Companhia con contrator de companhia con contrator de companhia con contrator de contrator obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e sufficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2023.

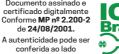
Deloitte. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Alexandre Borges de Oliveira CRC nº MG 119313/O-3



BRDOCS





A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/02/2023 Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para

acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/10-02-2023-p2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10166707 em 15/03/2023 da Empresa PCHPAR - PCH PARTICIPACOES S.A., Nire 31300110494 e protocolo 231392419 - 14/03/2023. Autenticação: 7EBA9C2DE8E4E9B7BA84BA4D7DD47FB4749C6A8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/139.241-9 e o código de segurança wRqI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/03/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA (BOMPING) SEGRETÁRIA GERAL PAG. 10/15



Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/139.241-9	MGE2300235242	14/03/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, IZABELLE MACEDO NUNES , com inscrição ativa no(a) OAB/(MG) sob o nº 77158, expedida em 16/02/2011, inscrito no CPF nº 001.888.206-47, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

- 1. LISTA PRESENCA 1 página(s)
- 2. PUBLICACAO 2 página(s)

Belo Horizonte/MG, 14 de março de 2023.

Nome do declarante que assina digitalmente: IZABELLE MACEDO NUNES

pág. 12/15



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado de Minas Gerais Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PCHPAR - PCH PARTICIPACOES S.A., de NIRE 3130011049-4 e protocolado sob o número 23/139.241-9 em 14/03/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10166707, em 15/03/2023. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser Portal de Serviços / Validar acessado o sitio eletrônico do Documentos (https:// portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES	

	VALUE BELLEVAL BUILDING A STATE OF THE STATE	
Assinante(s)		
CPF	Nome	
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES	

Declaração Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES	

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
001.888.206-47	IZABELLE MACEDO NUNES

Belo Horizonte. quarta-feira, 15 de março de 2023



A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemo informando o número do protocolo 23/139.241-9.

Página 1 de 2

pág. 13/15

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado de Minas Gerais Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletrônicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 15/03/2023, às 09:45 conforme horário oficial de Brasília.





A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 23/139.241-9.

Página 2 de 2

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10166707 em 15/03/2023 da Empresa PCHPAR - PCH PARTICIPACOES S.A., Nire 31300110494 e protocolo 231392419 - 14/03/2023. Autenticação: 7EBA9C2DE8E4E9B7BA84BA4D7DD47FB4749C6A8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/139.241-9 e o código de segurança wRql Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/03/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

pág. 14/15



Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 15 de março de 2023

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 10166707 em

Certifico o registro sob o nº 10166707 em 15/03/2023 da Empresa PCHPAR - PCH PARTICIPACOES S.A., Nire 31300110494 e protocolo 231392419 - 14/03/2023. Autenticação: 7EBA9C2DE8E4E9B7BA84BA4D7DD47FB4749C6A8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/139.241-9 e o código de segurança wRql Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/03/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

pág. 15/15